

PAÍS · MERCOSUL

Bolívia: o que os clientes da UE esperam

A Bolívia é membro pleno do Mercosul desde 2024, mas ainda está incorporando suas regras aos poucos. Não existe lei de proteção de dados nem lei de cibersegurança. Clientes da UE preenchem essa lacuna com contratos.

PROTEÇÃO DE DADOS	ADEQUAÇÃO DA UE	ACORDO COM A UE	CIBERSEGURANÇA
sem lei, proteção pela Constituição	não	nenhum; preferências tarifárias pelo SPG+	sem lei

Visão geral: comércio com a UE

A Bolívia fornece à Europa principalmente matérias-primas e produtos agrícolas, como minérios do Altiplano, castanha-do-pará da região amazônica em torno de Riberalta e quinoa. A Comissão não publica um detalhamento só para a Bolívia. Para os países andinos em conjunto, ela aponta para 2025 produtos agrícolas, produtos minerais e pesca como os maiores grupos.

A Bolívia não tem acordo comercial com a UE. As vantagens tarifárias vêm do Sistema de Preferências Generalizadas da UE, incluindo o regime especial SPG+ de incentivo ao desenvolvimento sustentável e à boa governança. Essas preferências dependem do cumprimento de convenções internacionais sobre direitos humanos, trabalho e meio ambiente.

Proteção de dados comparada ao RGPD

A Bolívia não tem lei geral de proteção de dados. A privacidade é protegida pela Constituição, que prevê uma ação própria para sua defesa (Acción de Protección de Privacidad, comparável ao habeas data de outros países), e pelo direito processual constitucional. Projetos de lei de proteção de dados foram discutidos, mas nenhum foi promulgado. Por isso não existe autoridade de proteção de dados nem obrigação legal de notificar incidentes com dados.

O [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) independe disso. Ele se aplica diretamente à sua empresa se você oferece produtos ou serviços de forma direcionada a pessoas na UE. E se aplica pelo contrato quando você trata dados por conta de um cliente da UE.

Não existe decisão de adequação da UE. Para cada transferência de dados pessoais à Bolívia, seu cliente da UE precisa de cláusulas contratuais padrão (Decisão de Execução (UE) 2021/914) e de uma avaliação de impacto da transferência. Nessa avaliação, ele verifica se o direito boliviano compromete a proteção dos dados. Como falta uma lei de proteção de dados, ele vai exigir medidas

técnicas adicionais, como criptografia e regras rígidas de acesso.

Sem uma legislação local como referência, suas próprias regras são a comprovação. Uma política de proteção de dados por escrito, um registro das operações de tratamento e um processo de notificação já testado pesam mais na avaliação de impacto da transferência do que qualquer promessa.

Cibersegurança comparada à NIS2

A Bolívia não tem lei de cibersegurança. As regras de segurança da informação valem sobretudo para a administração pública. A equipe de resposta a incidentes, o CGII (Centro de Gestión de Incidentes Informáticos), faz parte da agência estatal de governo eletrônico e TIC, a AGETIC. No setor financeiro, o órgão supervisor ASFI tem exigências próprias de segurança da informação.

Isso não é comparável à [NIS2](#). Na UE, a NIS2 obriga empresas médias e grandes de 18 setores a fazer gestão de riscos, cuidar da segurança da cadeia de suprimentos e cumprir prazos fixos de notificação. Seus clientes na UE precisam cumprir essas obrigações e as repassam por contrato aos fornecedores, ou seja, também a você.

Quem vende para a UE equipamentos com software ou conexão de rede também se enquadra no [Cyber Resilience Act](#).

Prazos de notificação comparados

SITUAÇÃO	BOLÍVIA	UE
Incidente com dados, aviso à autoridade	sem obrigação, sem autoridade	72 horas (art. 33 do RGPD)
Aviso aos titulares	sem obrigação	sem demora indevida, se o risco for alto (art. 34 do RGPD)
Incidente cibernético significativo	sem lei; regras para a administração pública e o setor financeiro	alerta inicial em 24 h, notificação em 72 h, relatório final após um mês (art. 23 da NIS2)

Como a legislação local não define nada, vale o prazo do seu contrato. Clientes da UE costumam exigir a notificação em 24 a 48 horas. Defina quem notifica e quais informações a primeira notificação deve conter.

Autoridades, CSIRT, organismo de acreditação

ÁREA	ÓRGÃO
Proteção de dados	nenhuma autoridade
Cibersegurança, CSIRT	AGETIC com o CGII
Setor financeiro	ASFI, Autoridad de Supervisión del Sistema Financiero
Acreditação	DTA, Dirección Técnica de Acreditación do IBMETRO

O que os clientes da UE costumam exigir

Onde a lei é omissa, contam certificados e comprovações. Um exportador de castanha-do-pará precisa de certificações de alimentos [IFS](#), [BRCGS](#) ou [FSSC 22000](#) e de rastreabilidade completa. Mineradoras recebem perguntas sobre padrões ambientais e trabalhistas, muitas vezes com referência à [ISO 14001](#) e aos deveres europeus de diligência na cadeia de suprimentos. Gado, soja e madeira das terras baixas se enquadram no [EUDR](#).

Prestadores que tratam dados para clientes da UE recebem cláusulas contratuais padrão, um questionário de segurança e, com frequência, a pergunta sobre a [ISO 27001](#). Uma plataforma de GRC como a [Sightadel](#) ajuda a manter políticas, riscos e comprovações em um só lugar quando nenhuma lei dá a estrutura.

Na avaliação de impacto da transferência, seu cliente da UE precisa descrever quem na Bolívia poderia acessar os dados e como ele os protege. Para isso, ele pergunta a você sobre locais de armazenamento, criptografia, direitos de acesso, registros e o tratamento de pedidos de informação de autoridades. Tenha essas informações por escrito. Um documento que você possa entregar a vários clientes economiza semanas de alinhamento.

Um bom ponto de partida para empresas bolivianas:

1. Identifique quais dos seus clientes estão na UE e quais regras da UE valem para as compras deles.
2. Escreva uma política própria de proteção de dados no modelo do RGPD, com registro das operações de tratamento e regras de exclusão.
3. Defina um prazo de notificação de incidentes e quem é responsável por notificar.
4. Para exportações agrícolas e de madeira, verifique se o EUDR se aplica e reúna os dados de geolocalização.
5. Escolha o certificado que seus clientes pedem com mais frequência e planeje a auditoria com um organismo reconhecido.

O [Diagnóstico UE](#) gratuito mostra suas lacunas.

Acordo com a UE

A Bolívia é Estado Parte do Mercosul desde 2024. Ela depositou o instrumento de ratificação do Protocolo de Adesão em 08/07/2024, em Assunção (Ley 1567, de 04/07/2024), e a adesão entrou em vigor 30 dias depois. Para incorporar o direito do Mercosul e a Tarifa Externa Comum, tem um período de transição de até quatro anos. A Bolívia não participa do [acordo UE-Mercosul](#), aplicado provisoriamente desde 01/05/2026 com Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. As vantagens tarifárias desse acordo, portanto, não valem para mercadorias bolivianas.

A Comissão observa que a Bolívia poderia aderir ao acordo comercial com Colômbia, Peru e Equador. Até lá, o SPG+ continua sendo o caminho para o mercado da UE.

Na prática, isso significa: verifique para cada mercadoria a alíquota e a regra de origem no portal Access2Markets da Comissão Europeia, organizado por código de mercadoria. Para usar a preferência do SPG, os exportadores geralmente precisam estar inscritos no sistema eletrônico de exportadores registrados da Comissão (REX) e fazer uma declaração de origem na fatura. Seu importador na UE costuma conhecer o procedimento e pode ajudar. Guarde as comprovações por vários anos, porque a alfândega pode verificar depois. Como o SPG+ depende de condições, vale acompanhar os relatórios da Comissão sobre o cumprimento por parte da Bolívia.

FAQ

O acordo UE-Mercosul vale para a Bolívia?

Não. A Bolívia é membro do Mercosul, mas não é parte do acordo com a UE. As vantagens tarifárias vêm do SPG+.

A Bolívia tem lei de proteção de dados?

Não. A privacidade é protegida pela Constituição, mas não há autoridade nem obrigação de notificar incidentes com dados.

O que clientes da UE precisam para transferir dados à Bolívia?

Cláusulas contratuais padrão e uma avaliação de impacto da transferência, geralmente complementadas por medidas técnicas como criptografia.

Desde quando a Bolívia faz parte do Mercosul?

Desde 2024. A Bolívia depositou o instrumento de ratificação em 08/07/2024 e tem até quatro anos para incorporar o direito do Mercosul.

Como documentar a proteção de dados sem uma lei local como referência?

Com regras próprias no modelo do RGPD, como política de proteção de dados, registro das operações de tratamento e processo de notificação. A plataforma de GRC [Sightadel](#) tem modelos para o RGPD e mantém esses documentos e as comprovações em um só lugar, para que você possa entregá-los a vários clientes. Os dados ficam na UE.

Fontes · Atualizado em: 11 de outubro de 2026

Mercosul, site oficial: <https://www.mercosur.int/>

Comissão Europeia, DG Comércio: Comunidade Andina (inclui Bolívia, SPG+): https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/andean-community_en

Comissão Europeia: decisões de adequação: https://commission.europa.eu/law/law-topic/data-protection/international-dimension-data-protection/adequacy-decisions_en

ASFI: <https://www.asfi.gob.bo/>

IBMETRO: <https://www.ibmetro.gob.bo/>

Informações gerais, sem caráter de consultoria jurídica. Valem os textos oficiais.

COLOQUE EM PRÁTICA COM FERRAMENTAS FEITAS NA ALEMANHA



Sightadel

O Sightadel conduz sua equipe por a NIS2: modelos, tarefas, evidências e preparação para auditoria em um só lugar. Desenvolvido e hospedado na Alemanha, com pacote de consultoria opcional.

[Conhecer o Sightadel →](#)



veyrisk

O veyrisk mostra o que um atacante enxerga da sua empresa por fora: serviços abertos, certificados, vulnerabilidades conhecidas. Você pode apresentar o relatório a clientes europeus e auditores.

[Conhecer o veyrisk →](#)



valar

Valar é um firewall de hardware com software da neonotu. Protege escritórios e unidades e gera os registros exigidos pela NIS2 e pela ISO 27001.

[Conhecer o Valar →](#)

Sightadel, veyrisk e Valar são produtos da neonotu GmbH, empresa que opera o MercoEU.

O que disso se aplica à sua empresa?

O Diagnóstico UE gratuito mostra isso por setor e país em 10 minutos.

<https://www.mercoeu.com/pt/diagnostico-ue>